



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE CONTAS

CONTAS DE GESTÃO

2002

02/002076 **++ Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ++**
017.993-8/03

Dt. Cad : 29/05/2003 Of.: Dt. Of.: / / N° Orig.:
Origem : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Origem : TRIBUNAL
Natureza : OUTROS*

Int. Principal : MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR
Observação : COPIA DESEMPENHO

Observação : COPIA PROC TCE 104590-2/03 (REF CONTAS DE GESTÃO GOVERNO ESTADO RIO DE JANEIRO - EXERCÍCIO 2002) PROC TCE 104687-1/03

Nome:

**** Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ****
32.153-9/03

Dt. Cad : 08/09/2003 **Of.:**

Dt. Of.:/ /

Nº Orig.:

Origem : GABINETE DO GOVERNADOR

Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS (DOC)*

Int. Principal: ANTHONY WILLIAM GAROTINHO M DE OLIVEIRA

Espèce: ...

Observação : DOCUMENTOS COMPLEMENTARES AO PROCESSO TCE/RJ 111.512-1/03 REF. AS
COPIA DAS CONTAS DE GESTÃO GOVERNO DO ESTADO RJ - EXERCÍCIO 2002
(ORIGINAL 104.687-1/03)

Assunto:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE CONTAS

Nome:

02/001923
** Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro **
104.590-2/03

Dt. Cad : 16/04/2003 Of.: Dt. Of.: / /
Origem : SRC EST ADMINISTRACAO E REESTRUTURACAO
Natureza : RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESPECIAL

Nº Orig:

Espécie:

Int. Principal : COORD DE AUDITORIA E DESENVOLVIMENTO
Observação : INSPECAO ESPECIAL SEC.FINANCAS,SEC.PLANEJAMENTO CONTROLE E
GESTAO DECIDIDO PROC.TCP 101160-2/03

Assunto:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.580-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 2

R

elatório de Inspeção Especial

realizada nas Secretarias do Estado de Administração e Reestruturação, de Estado de Finanças e de Estado de Planejamento, Controle e Gestão. A equipe foi integrada pelos seguintes servidores: José Alberto Cavalcante Luna - Inspetor - Matr.02/3405 e Marcia Vasconcellos dos Santos - Técnico de Controle Externo - Matr. 02/3525.

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 3

ÍNDICE

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO II - DO PLANEJAMENTO.....	6
II.1 - PONTOS-CHAVES DA AUDITORIA.....	6
II.2 - PLANEJAMENTO DE AUDITORIA.....	6
II.3 - ANÁLISE DE POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS.....	7
II.4 - ESCOPO DE AUDITORIA.....	8
II.5 - PROJETO DE AUDITORIA.....	10
CAPÍTULO III - DA DÍVIDA CONSOLIDADA.....	11
III.1 - CONCEPÇÃO.....	11
III.2 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA.....	11
III.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	13
III.4 - DÍVIDA CONSOLIDADA NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	18
III.5 - CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	24
CAPÍTULO IV - DA DESPESA COM PESSOAL.....	26
IV.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	26
IV.2 - DA FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUN. OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL.....	31
IV.3 - DO NÃO EMPENHAMENTO DO 13º SALÁRIO.....	36
IV.4 - CONCLUSÃO DO CAPÍTULO.....	42
CAPÍTULO V - DA CONCLUSÃO.....	45
IX.1 - DAS NOTIFICAÇÕES.....	47
IX.2 - DAS COMUNICAÇÕES.....	48

CAD
SCE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 4

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Trata o presente processo, da Inspeção Especial realizada nas Secretarias de Estado de Administração e Reestruturação, e de Finanças, no período compreendido entre os dias 25 de março a 16 de abril do corrente ano, consoante autorização do Exmo. Presidente do Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro, Conselheiro José Gomes Graciosa, às fls. 22 do Processo nº 101.160-2/03, após explanação e sugestão do Corpo Instrutivo, às fls. 34/35, do mesmo processo.

A sugestão de instauração da Inspeção em tela, originou-se do fato que, em 31 de janeiro de 2003, o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, publicou, no Diário Oficial do Estado, o Relatório de Gestão Fiscal Provisório, referente ao 3º Quadrimestre de 2002, tendo sido o mesmo remetido a esta Corte de Contas e protocolado sob o nº 101.160-2/03.

No referido relatório, no Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo I, constava menção alertando que, se efetuado o empenhamento do 13º (décimo terceiro) salário do Poder Executivo, o limite previsto no artigo 71, da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), seria ultrapassado.

Constatou-se, ainda, que no Demonstrativo da Dívida Consolidada - Anexo II, havia indícios de que em 31 de dezembro de 2001 seu montante teria extrapolado o limite previsto na Resolução do Senado Federal nº 40/01, devido a mudança da metodologia utilizada para sua apuração.

CAD
SCE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 4

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Trata o presente processo, da Inspeção Especial realizada nas Secretarias de Estado de Administração e Reestruturação, e de Finanças, no período compreendido entre os dias 25 de março a 16 de abril do corrente ano, consoante autorização do Exmo. Presidente do Tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro, Conselheiro José Gomes Graciosa, às fls. 22 do Processo nº 101.160-2/03, após explanação e sugestão do Corpo Instrutivo, às fls. 34/35, do mesmo processo.

A sugestão de instauração da Inspeção em tela, originou-se do fato que, em 31 de janeiro de 2003, o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, publicou, no Diário Oficial do Estado, o Relatório de Gestão Fiscal Provisório, referente ao 3º Quadrimestre de 2002, tendo sido o mesmo remetido a esta Corte de Contas e protocolado sob o nº 101.160-2/03.

No referido relatório, no Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo I, constava menção alertando que, se efetuado o empenhamento do 13º (décimo terceiro) salário do Poder Executivo, o limite previsto no artigo 71, da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), seria ultrapassado.

Constatou-se, ainda, que no Demonstrativo da Dívida Consolidada - Anexo II, havia indícios de que em 31 de dezembro de 2001 seu montante teria extrapolado o limite previsto na Resolução do Senado Federal nº 40/01, devido a mudança da metodologia utilizada para sua apuração.

CAD
BGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 5

A fim de ser apurada a fidedignidade dos dados publicados no Relatório de Gestão Fiscal supramencionado, foi determinada a presente Inspeção Especial.

Para cumprimento do disposto, foram expedidas as credenciais de nº 1118/03 - GAP/SGE e 1119/03 - GAP/SGE, ambas de 25.02.03, (fls. 02/04 do Doc. nº 12.283-6/03) endereçadas, respectivamente, ao Secretário de Estado de Finanças, Sr. Mário Tinoco da Silva e para a Secretária de Estado de Administração e Reestruturação (SARE), Sra. Vanice Regina Lirio do Valle.

O Ofício de nº 1118/03 - GAP/SGE, foi recebido na Secretaria de Finanças em 26/02/03, pela Sra. Edna Cardoso, matr. nº 7159915-3, e o Chefe de Gabinete, Sr. Eduardo Costa e Oliveira, encaminhou ao Contador Geral para conhecimento e providências.

Já o Ofício destinado à SARE, foi recebido em 26/02/03 pela Sra. Ieda dos Santos, Assessora, matr. nº 6126726-6 e logo após fomos recebidos pela Secretária, Sra. Vanice Regina Lirio do Valle.

Posteriormente, foram expedidos outros ofícios para complementação das informações e esclarecimentos diversos, surgindo a necessidade de nova credencial destinada a Secretaria Estadual de Planejamento, Controle e Gestão, objetivando a obtenção de informações não supridas pela Secretaria de Estado de Finanças.

Desta forma foi emitido, por esta Corte de Contas, o Ofício nº 1204/03 - GAP/SGE, de 07/04/03, (fls. 05 do Doc. nº 12.283-6/03) ao Sr. Fernando Lopes de

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 6

Almeida, Secretário de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, apresentando esta equipe de Inspeção.

CAPÍTULO II - DO PLANEJAMENTO

II.1 - Pontos-chaves da Auditoria

Em cumprimento ao determinado no Processo TCE-RJ nº 101.160-2/03, a presente Inspeção Especial, com a finalidade primordial de subsidiar a análise do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2002, bem como as Contas de Gestão, do exercício de 2002, apresenta os seguintes objetivos:

☞ verificar o cumprimento do limite estabelecido pelo artigo 71, da Lei Complementar nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, quanto ao aumento da despesa com pessoal, no exercício de 2002;

☞ identificar e quantificar os valores relativos de empenhamento do 13º salário do exercício de 2002.

☞ verificar o cumprimento do limite estipulado no artigo 30, da LRF, c/c a Resolução do Senado Federal nº 40/01, com relação à Dívida Consolidada Líquida, comparada à Receita Corrente Líquida Estadual, identificando as origens dos acréscimos efetuados e traçando a evolução da Dívida Consolidada do Estado;

II.2 - Planejamento da Auditoria

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 7

Na fase de planejamento do presente trabalho de auditoria, foram realizadas pesquisas acerca da legislação e trabalhos de auditoria realizados no âmbito desta Corte.

Foram realizadas, também, análises prévias dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 2º Quadrimestres (Definitivos) e 3º Quadrimestre (Provisório), para identificação e mensuração dos valores a serem confirmados.

Buscamos ainda traçar os Problemas de Auditoria e elaborar a Matriz de Planejamento, compreendendo as etapas de delineamento das questões de auditoria. Realizamos a identificação das informações necessárias à execução e suas respectivas fontes, definição de estratégias metodológicas e seleção de métodos de análise de dados dos objetos a serem auditados.

II.3 - Análise de Possíveis Influências (Swot Analys)

Com o fito de serem delineados os problemas de auditoria, efetuou-se a identificação dos fatores internos (pontos fortes e fraquezas) que afetam o exame. Em consequência, obteve-se o seguinte resultado:

a) Pontos fortes:

☞ dados a serem obtidos devem estar escriturados no sistema contábil e outros controles informatizados.

b) Fraquezas:

- ☞ a multiplicidade de aspectos a serem abordados;
- ☞ o envolvimento de diversos Órgãos da Administração Direta;

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fis. 8

o prazo estabelecido para a realização dos trabalhos.

II.4 – Escopo de Auditoria

II.4.1 – Problema de Auditoria

Em 31 de janeiro de 2003, o Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro publicou, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2002 com dados provisórios. Ocorre que, no Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Anexo I) constava nota de que se caso o 13º (décimo terceiro) salário, referente ao exercício de 2002, fosse empenhado no mesmo exercício, o limite disposto no artigo 71, da L.C. nº 101/00 (LRF), teria sido ultrapassado, porém não foi informado o montante da fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por lei específica e revisão geral anual (inciso X, art. 37 da Constituição Federal).

No Demonstrativo da Dívida Consolidada (Anexo II) havia indícios, devido a mudança da metodologia utilizada para sua apuração, de que em 31 de dezembro de 2001, seu montante teria extrapolado o limite previsto na Resolução do Senado Federal nº 40/01.

II.4.2 – Questão-chave da Auditoria

Tendo a auditoria foco múltiplo, definimos as questões chaves para análise, discriminados por problema de Auditoria:

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

II.4.2.1 - Problema nº 1

- a) Com as novas metodologias de apuração aplicadas, foi extrapolado o limite estabelecido no artigo 30 da LRF c/c com a Resolução do Senado Federal nº 40/01, para Dívida Consolidada Líquida Estadual, ao término do exercício de 2001?
- b) Em quanto montou o excedente do limite da referida dívida, ao término do exercício de 2002?
- c) Qual a evolução da Dívida Consolidada Estadual e quais os itens que promoveram o seu aumento?
- d) Qual o motivo do crescimento da Dívida Consolidada Estadual?
- e) Se ultrapassado o limite, quais as providências adotadas pelo governo Estadual, para recondução da Dívida?
- f) Se ultrapassado o limite, qual o tipo de recondução da dívida a ser aplicado?

II.4.2.2 - Problema nº 2

- a) Os dados obtidos, com relação à folha de pagamento dos exercícios de 2001 e 2002, convergem com os apontados nos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2002?
- b) Houve extrapolação do limite estabelecido no artigo 71 da LRF, no exercício de 2002?

CAD
BCE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fis. 10

- c) Se ocorrido efetivamente a extrapolação do limite, quais os Órgãos ou Entidades do Poder Executivo, que contribuíram em maior grau, para a irregularidade?
- d) Ocorreram atos que concederam aumentos de pessoal, que, por não atenderem ao disposto nos artigos 16 e 17 da LRF, bem como o inciso XIII do art. 37 e no § 1º, do art. 169 da CF, devem ser considerados nulos de pleno direito?
- e) Houve fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por lei específica e revisão geral anual?

II.4.2.3 - Problema nº 3

- a) Houve empenhamento do 13º (décimo terceiro) salário no exercício de 2002?
- b) Qual o valor e quais os órgãos/entidades que realizaram o empenhamento?
- c) Qual o motivo do não empenhamento do décimo 13º (décimo terceiro) salário no exercício de 2002?
- d) Se ocorresse o empenhamento do 13º (décimo terceiro) salário, em todo o Estado, seria cumprido o limite do artigo 71 da LRF?

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fis. II

II.5 - Projeto de Auditoria

II.5.1 - Metodologia Proposta

Considerando a natureza da presente proposta de trabalho, bem como a disponibilidade de técnicos e tempo disponível, a metodologia adotada para a resolução dos Problemas de Auditoria consistiu em:

- a) Entrevistas junto aos responsáveis técnicos na Contadoria Geral do Estado, na Subsecretaria Adjunta de Despesa/SARE e Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão;
- b) Estudo de caso (trabalho de campo), nas unidades envolvidas constantes da Auditoria;
- c) Pesquisa de dados e informações.

CAPÍTULO III - DA DÍVIDA CONSOLIDADA

O escopo desta análise é a verificação da evolução da referida Dívida Estadual, identificando as origens dos acréscimos efetuados. Será observado, também, o atendimento aos limites previstos pelo artigo 30 da LC nº 101/00 c/c a Resolução do Senado Federal nº 40/01.

III.1 - Conceituação

A Dívida Consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtudes de leis, contratos, convênios ou tratados da realização de operações de

CAD
BCE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fis. 12

crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, conforme dispõe o inciso I, do Artigo 29 da LC nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

III.2 - Evolução da Dívida Consolidada

Em dezembro de 2001 a dívida Estadual, nesta modalidade, alcançava o montante de R\$ 32.227.361.658,49 (trinta e dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e nove centavos) e a comparação com dezembro de 2002 aponta um acréscimo da ordem de R\$ 4.330.214.949,31 (quatro bilhões, trezentos e trinta milhões, duzentos e quatorze mil, novecentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), equivalentes a 13,44% sobre o valor registrado no período inicial.

O quadro a seguir apresenta a evolução da Dívida, medida por quadrimestre, (fls. 103 a 140 do Doc. nº 12.283-6/03) seguida de comentários pertinentes:

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA ESTADUAL						
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
Estrutura Especial - 37020						
Operações de Crédito Interno	27.945.611.332,31	28.231.033.130,31	28.620.247.572,77	32.418.732.675,19	4.473.121.572,67	19,01%
Operações de Crédito Externo	1.619.632.832,08	1.695.197.637,33	2.238.891.016,04	2.717.022.778,34	1.037.419.944,28	67,79%
INSS - Contrato de Parcelamento	3.033.161,50	2.858.661,63	2.701.278,29	65.375.177,31	62.232.015,81	202,37%
Precatórios	175.935.077,77	175.935.077,77	179.633.510,33	330.623.630,01	154.688.612,24	87,50%
SUBTOTAL	29.744.232.373,66	30.105.023.497,00	32.239.694.278,20	35.531.764.593,84	5.787.532.145,19	19,48%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
Operações de Crédito Interno	951.935.119,44	939.107.192,89	975.703.753,29	978.801.504,89	24.638.333,42	2,61%
Operações de Crédito Externo	1.391.537.633,65	1.391.537.633,65	1.394.937.019,22	0	-1.391.537.633,65	-100,00%
INSS - Contrato de Parcelamento	14.407.827,70	13.617.633,03	11.237.695,15	0	-14.407.827,70	-100,00%
Princípio do Financiamento	155.139.570,04	155.904.718,07	127.917.343,33	49.020.594,10	-103.117.935,94	-68,40%
SUBTOTAL	2.498.109.249,83	2.498.757.378,64	2.449.518.111,99	1.028.322.098,99	-1.467.237.935,87	-58,93%

Da análise procedida no demonstrativo, observa-se:

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 13

• uma involução na Dívida referente à Administração Indireta, com redução, comparativamente aos períodos de dezembro/2001 a dezembro/2002, no montante de R\$ 1.457.287.195,87, equivalentes a 58,69% de redução, sobre o saldo inicial. Esta diminuição ocorreu em virtude de acertos contábeis, conforme informação prestada pela Contadoria Geral do Estado;

• que a Dívida Consolidada relativa à Administração Direta, apresentou acréscimo, no período, de 19,46%, ou R\$ 5.787.502.145,18;

• dentre os itens que compõe a Dívida, referente à Administração Direta, alguns se destacam pela variação percentual (INSS - Contrato de Parcelamento - acréscimo de 2.020,39%) e outros pelo montante envolvido (Operações de Crédito Interna - acréscimo de R\$ 4.473.121.572,87) os quais serão analisados no item a seguir.

III.3 - Discriminação do Itens da Administração Direta

III.3.1 - INSS - Contrato de Parcelamento

Durante o exercício de 2002 ocorreu um aumento de R\$ 62.292.015,81 (sessenta e dois milhões, duzentos e noventa e dois mil, quinze reais e oitenta e um centavos), com relação a 2001, ocorrido principalmente pela inclusão do termo de Amortização de Dívida Fiscal - ERJ - INSS - 27/03/2002, no 3º quadrimestre de 2002, confere demonstração a seguir:

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 14

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - INSS					
DENOMINAÇÃO	SALDO DEZ/2001	MISSÃO	REAJUSTAMENTO	REPARTE	SALDO ABR/2002
12.1.150 - Termo de Parcelamento CTC-ERJ - INSS - 24/11/97	3.063.181,56	0,00	88.850,71	273.130,55	3.424.162,82
Termo de Amortização de Dívida Fiscal - ERJ-INSS - 27/03/2002	-	-	-	-	-
TOTAL	3.063.181,56	0,00	88.850,71	273.130,55	3.424.162,82

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - INSS					
DENOMINAÇÃO	SALDO ABR/2002	MISSÃO	REAJUSTAMENTO	REPARTE	SALDO ABR/2002
12.1.150 - Termo de Parcelamento CTC-ERJ - INSS - 24/11/97	3.424.162,82	0,00	83.818,63	281.222,03	3.789.203,48
Termo de Amortização de Dívida Fiscal - ERJ-INSS - 27/03/2002	-	-	-	-	-
TOTAL	3.424.162,82	0,00	83.818,63	281.222,03	3.789.203,48

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - INSS					
DENOMINAÇÃO	SALDO ABR/2002	MISSÃO	REAJUSTAMENTO	REPARTE	SALDO ABR/2002
12.1.150 - Termo de Parcelamento CTC-ERJ - INSS - 24/11/97	3.789.203,48	0,00	0,00	2.701.278,28	6.490.481,76
Termo de Amortização de Dívida Fiscal - ERJ-INSS - 27/03/2002	0,00	60.643.152,60	5.600.667,78	1.187.633,07	66.441.873,45
TOTAL	3.789.203,48	60.643.152,60	5.600.667,78	1.187.633,07	72.624.044,91

Todavia, apesar do percentual de aumento da Dívida, neste item, ter sido de 2.220,39%, durante o exercício de 2002, em valores monetários não apresenta importância que possa ser considerada representativa, sendo dos itens componentes da Dívida da Administração Direta, o de menor valor.

III.3.2 - Precatórios

Este foi o 2º maior item em valor percentual de aumento (87,90%), alcançando o montante de R\$ 154.668.612,24 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, seiscentos e doze reais e vinte e quatro centavos), com expressivo acréscimo no 3º quadrimestre, conforme o demonstrativo a seguir:

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA INTERNA - PRECATORIOS			
SALDO DEZ/2001	SALDO ABR/2002	SALDO AGO/2002	SALDO DEZ/2002
175.955.077,77	175.955.077,77	179.603.510,33	330.623.690,01

III.3.3 - Operações de Crédito Externa

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fls. 15

A Dívida Consolidada Externa da Administração Direta apresentou, no exercício de 2002, crescimento de 67,76%, equivalentes monetariamente a R\$ 1.097.419.944,26 (Um bilhão, noventa e sete milhões, quatrocentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

A seguir é apresentada a evolução da Dívida, por quadrimestre:

DÍVIDA CONSOLIDADA EXTERNA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
DISCRIMINAÇÃO	SALDO DEZ/01	EMIÇÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	SALDO ABR/02
I - Títulos	3.524.709,40	-	65.901,57	-	3.590.610,97
I.a - Títulos (moeda original libra)	488.738,35	-	10.818,63	-	499.556,98
I.b - Títulos (moeda original dólar)	3.035.971,05	-	55.082,94	-	3.091.053,99
II - Contratos	1.618.076.123,66	80.634.128,33	34.598.961,44	39.714.147,06	1.691.597.066,39
II.a - Contratos (moeda original dólar)	1.348.434.996,43	55.887.253,13	24.079.048,66	24.283.383,99	1.421.109.816,23
II.b - Contratos (moeda original reais)	269.641.127,23	24.746.875,20	10.519.912,78	15.430.763,07	270.487.170,16

DÍVIDA CONSOLIDADA EXTERNA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
DISCRIMINAÇÃO	SALDO ABR/02	EMIÇÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	SALDO AGO/02
I - Títulos	3.590.610,97	-	1.043.614,38	-	4.634.225,35
I.a - Títulos (moeda original libra)	499.556,98	-	180.342,05	-	679.899,03
I.b - Títulos (moeda original dólar)	3.091.053,99	-	863.272,33	-	3.954.326,32
II - Contratos	1.691.597.066,39	34.184.074,49	508.486.530,61	39.714.147,06	2.232.247.091,49
II.a - Contratos (moeda original dólar)	1.421.109.816,23	17.594.007,10	397.712.728,22	24.283.383,99	1.836.406.652,55
II.b - Contratos (moeda original reais)	270.487.170,16	16.600.067,39	108.753.802,39	15.430.763,07	395.841.038,94

DÍVIDA CONSOLIDADA EXTERNA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
DISCRIMINAÇÃO	SALDO AGO/02	EMIÇÃO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	SALDO DEZ/02
I - Títulos	4.634.225,35	-	813.549,05	-	5.447.774,40
I.a - Títulos (moeda original libra)	679.899,03	-	144.885,08	-	824.784,11
I.b - Títulos (moeda original dólar)	3.954.326,32	-	668.663,97	-	4.622.990,29
II - Contratos	2.232.247.091,49	171.127.988,54	378.175.170,80	67.975.826,89	2.711.575.001,94
II.a - Contratos (moeda original dólar)	1.836.406.652,55	104.045.042,86	311.606.842,63	44.403.850,35	2.297.062.688,71
II.b - Contratos (moeda original reais)	395.841.038,94	67.082.945,68	66.568.328,17	23.571.976,54	503.810.114,23

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fis. 16

Da análise dos quadros apresentados, observa-se:

☉ inexistência de resgates, durante o exercício, na modalidade de Títulos. Também não ocorreram emissões. O valor adicionado, de R\$ 1.923.065,00 (um milhão, novecentos e vinte e três mil e sessenta e cinco reais) é oriundo exclusivamente de reajustes;

☉ a grande variação ocorreu na modalidade de Contratos, com emissões da ordem de R\$ 285.946.170,36 (duzentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e quarenta e seis mil, cento e setenta reais e trinta e seis centavos) e reajustamentos que alcançara, durante o exercício de 2002, o montante de R\$ 919.163.747,85 (novecentos e dezenove milhões, cento e sessenta e três mil, setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos);

☉ durante todo o período analisado foram efetuados resgates, apenas na modalidade de Contratos, que atingiram o valor de R\$ 107.689.973,95 (cento e sete milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e três reais e noventa e cinco centavos);

☉ os maiores índices de reajustamento da dívida são encontrados no 2º e 3º quadrimestres, em parte provocados por fortes aumentos do valor do dólar e demais moedas estrangeiras.

III.3.4 - Operações de Crédito Interna

Apesar de se apresentar este item como o de menor percentual de aumento no período (16,01%), pelos valores envolvidos, sua evolução provocou um

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica

Fls. 17

aumento na Dívida Consolidada, de R\$ 4.473.121.572,87 (quatro bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões, cento e vinte e um mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

Identificamos que entre os sub-itens que verdadeiramente provocaram tais acréscimos, o grupamento referente à Dívida para com o Banco do Brasil se destacava sobremaneira e efetuamos a discriminação da evolução deste conjunto:

DISCRIMINAÇÃO	SALDO ANTERIOR	EMPENHO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	SALDO ATUALIZADO
12.1.74 - Controle do METRO - será honorado pela União	30.490.370,32	-	-	-	30.490.370,32
12.1.74 - Ref. da Dív. - Encargamento do Banco do Brasil - Lei 7076/89	274.831.889,23	-	2.371.880,20	-	274.831.889,23
12.1.85 - Ref. da Dív. Operação ARO - Lei 7076/89	12.270.083,82	-	102.879,84	-	12.270.083,82
12.1.85 - Ref. da Dív. Ref. honorada pela União - Lei 7076/89	269.387.086,88	-	4.887.804,01	-	274.274.890,89
12.1.119 - Refinanciamento da Dívida - Lei nº 8727/83	678.373.939,51	-	5.487.761,88	8.858.570,18	674.003.130,23
12.1.130 - Debt Conversion Bond - Ref. da Dív. Externa	21.543.438,40	-	-	-	21.543.438,40
12.1.130 - New Money Bond - Ref. da Dív. Externa	5.082.811,20	-	-	-	5.082.811,20
12.1.140 - Fide Juros - Ref. da Dív. Externa	4.470.876,88	-	81.824,20	334.708,78	4.826.029,78
12.1.141 - C-Bonds - Ref. da Dív. Externa	24.089.548,15	-	81.113,27	-	24.170.661,42
12.1.142 - Discount Bond - Ref. da Dív. Externa	18.833.413,80	-	437.088,80	-	19.270.502,60
12.1.143 - Per Bond - Ref. da Dív. Externa	36.080.844,63	-	341.702,80	-	36.422.547,43
12.1.144 - Eligible Interest Bond - Ref. da Dív. Externa	8.183.381,20	-	488.708,13	-	8.672.089,33
12.1.157 - Ref. da Dívida - Programa de Alíquota Fixada - Lei 8488/87	18.144.787.828,08	-	120.403,70	884.850,05	18.144.828.381,73
12.1.157A - Saldo Residual - Refinanciamento da Dívida - Lei 8488/87	1.982.872.825,86	230.938.433,09	85.848.028,07	40.138.189,27	1.959.605.067,69
12.1.158 - Ressarcir as Perdas Imputadas pela Lei 8424/88 - PLACDEF	742.886.343,77	-	58.232.863,33	-	684.653.480,44
12.1.182 - Assunção da Dív. do Banco do Brasil unido ao B. Brasil	30.782.788,78	-	0,01	30.844.385,18	61.627.173,97
12.1.183 - Assunção da Dív. do CUB (7.777/83) unido ao B. Brasil	432.774.384,68	-	289.338,81	418.171,19	432.645.542,30
TOTAL	38.834.983.884,84	230.938.433,09	138.887.948,88	864.888,12	39.003.743.424,72

DISCRIMINAÇÃO	SALDO ANTERIOR	EMPENHO	REAJUSTAMENTO	RESGATE	SALDO ATUALIZADO
12.1.74 - Controle do METRO - será honorado pela União	30.490.370,32	-	-	-	30.490.370,32
12.1.74 - Ref. da Dív. - Encargamento do Banco do Brasil - Lei 7076/89	274.831.889,23	-	2.480.711,88	13.234.772,05	263.787.799,14
12.1.85 - Ref. da Dív. Operação ARO - Lei 7076/89	12.270.083,82	-	102.477,12	778.743,28	11.593.817,66
12.1.85 - Ref. da Dív. Ref. honorada pela União - Lei 7076/89	274.274.890,89	-	78.388.387,40	31.888.485,81	220.774.792,48
12.1.119 - Refinanciamento da Dívida - Lei nº 8727/83	674.003.130,23	-	8.818.414,22	10.283.880,83	672.537.663,62
12.1.130 - Debt Conversion Bond - Ref. da Dív. Externa	22.238.725,85	-	8.210.840,77	-	14.027.885,08
12.1.130 - New Money Bond - Ref. da Dív. Externa	4.830.028,70	-	1.348.937,48	-	3.481.091,22
12.1.140 - Fide Juros - Ref. da Dív. Externa	4.551.788,23	-	1.271.228,07	-	3.280.560,16
12.1.141 - C-Bonds - Ref. da Dív. Externa	24.828.918,84	-	6.848.803,72	-	17.980.115,12
12.1.142 - Discount Bond - Ref. da Dív. Externa	19.178.118,20	-	6.289.234,58	-	12.888.883,62
12.1.143 - Per Bond - Ref. da Dív. Externa	27.480.852,18	-	7.874.808,17	-	19.606.044,01
12.1.144 - Eligible Interest Bond - Ref. da Dív. Externa	7.378.825,85	-	2.080.791,81	-	5.298.034,04
12.1.157 - Ref. da Dívida - Programa de Alíquota Fixada - Lei 8488/87	18.180.888.825,38	-	888.784.385,82	-	18.181.673.211,20
12.1.157A - Saldo Residual - Refinanciamento da Dívida - Lei 8488/87	3.138.833.812,27	187.371.870,84	179.888.381,28	-	3.406.093.064,39
12.1.158 - Ressarcir as Perdas Imputadas pela Lei 8424/88 - PLACDEF	711.720.888,82	-	-	29.288.288,87	682.432.600,00
12.1.182 - Assunção da Dív. do Banco do Brasil unido ao B. Brasil	30.582.854,30	-	123.378,48	423.028,88	30.283.203,90
12.1.183 - Assunção da Dív. do CUB (7.777/83) unido ao B. Brasil	431.173.324,51	-	3.828.888,81	8.230.837,40	426.771.375,92
TOTAL	39.948.743.824,72	187.371.870,84	1.164.814.488,88	76.876.934,15	40.165.213.049,34

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica
Fls. 18

DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	REAJUSTAMENTO	DEBATE	SALDO POSTERIOR
12.1.74 - Contrato do METRO - será honorário pela União	30.459.370,32	-	-	30.459.370,32
12.1.74 - Ref. de Div. - Suplemento do Banco do RJ - Lei 7076/99	283.757.768,84	-	-	283.757.768,84
12.1.85 - Ref. de Div. Operação ARO - Lei 7076/99	11.703.887,30	-	-	11.703.887,30
12.1.85 - Ref. de Div. Ed. Honorária pela União - Lei 7076/99	328.944.802,48	-	-	328.944.802,48
12.1.110 - Refinanciamento da Dívida - Lei nº 9727/93	870.234.774,12	-	-	870.234.774,12
12.1.139 - Dívidas Concessão Bond - Ref. de Div. Externa	38.449.588,82	-	-	38.449.588,82
12.1.139 - Novo Mercado Bond - Ref. de Div. Externa	9.179.881,27	-	-	9.179.881,27
12.1.140 - PIB Bond - Ref. de Div. Externa	6.823.014,84	-	-	6.823.014,84
12.1.141 - C-Bond - Ref. de Div. Externa	31.378.418,76	-	-	31.378.418,76
12.1.142 - Diamond Bond - Ref. de Div. Externa	34.530.320,76	-	-	34.530.320,76
12.1.143 - Par Bond - Ref. de Div. Externa	35.155.480,32	-	-	35.155.480,32
12.1.144 - Bridge Interest Bond - Ref. de Div. Externa	9.438.887,48	-	-	9.438.887,48
12.1.157 - Ref. da Dívida - Programa de Ajuste Fiscal - Lei 9.496/97	17.017.383.911,00	-	-	17.017.383.911,00
12.1.157.A - Saldo Residual - Refinanciamento da Dívida - Lei 9.496/97	2.545.072.174,77	-	-	2.545.072.174,77
12.1.158 - Resgate de Perdas Implacadas pela Lei 9.496/97 - FUNDEF	688.512.589,73	-	-	688.512.589,73
12.1.162 - Assunção de Div. do Banco do RJ junto ao B. Brasil	30.293.320,88	-	-	30.293.320,88
12.1.163 - Assunção de Div. do CHUB (7.777/93) junto ao B. Brasil	447.488.188,83	-	-	447.488.188,83
TOTAL	72.184.793.546,24	173.391.918,88	1.894.891.488,38	74.152.986.853,50

Apesar da existência de acréscimo em diversos itens, os que influenciaram de forma decisiva o aumento, foram:

- 12.1.157 - Ref. da Dívida - Programa de Ajuste Fiscal - Lei 9.496/97 - aumento de R\$ 2.442.089.852,55;
- 12.1.157.A - Saldo Residual - Refinanciamento da Dívida - Lei 9.496/97 - aumento de R\$ 485.493.351,53.

Os itens elencados, juntos, perfizeram um aumento na Dívida Consolidada de R\$ 2.927.583.204,08 (dois bilhões, novecentos e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e quatro reais e oito centavos).

Da análise destes itens, verifica-se:

- não ocorreram resgates no 2º e 3º quadrimestres e mesmo no 1º, o valor do resgate foi inferior ao do reajustamento;

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 19

• durante o exercício de 2002, foram registradas emissões no subtítulo 12.1.157.A - saldo residencial - Refinanciamento da Dívida - Lei 9.496/97, no total de R\$ 592.282.222,89 (quinhentos e noventa e dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e vinte dois reais e oitenta e nove centavos);

• o grande fator do aumento verificado na Dívida para com o Banco do Brasil, foi o reajustamento dos valores, atingindo no exercício, o montante de R\$ 3.266.763.809,85 (três bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e nove reais e oitenta e cinco centavos), com especial atenção para os dois subtítulos destacados, que, sozinhos, contribuíram com R\$ 3.034.446.737,30 (três bilhões, trinta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e trinta centavos).

III.4 – Dívida Consolidada na Lei de Responsabilidade Fiscal

III.4.1 – Dos Limites da Dívida Pública

Em conformidade com o disposto no inciso I, do artigo 30, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Senado Federal, através da Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001, estabeleceu como limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, 02 (duas) vezes o valor da Receita Corrente Líquida (RCL) auferida pelo Estado.

Como previsto na LRF, o Poder Executivo deverá elaborar, ao final de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal contendo, entre outros, demonstrativo da Dívida Consolidada e Mobiliária dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

CAD



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 20

A Portaria nº 516, de 14 de outubro de 2002, que aprovou a 2ª edição do Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal introduziu mudanças na apuração da Dívida Consolidada Líquida, inserindo os "Restos a Pagar Processados" como dedução do somatório do "Ativo Disponível" com "Haveres Financeiros".

Foi encaminhado a esta Corte de Contas Relatório de Gestão Fiscal - Provisório, referente ao 3º Quadrimestre de 2002, protocolado sob o nº TCE/RJ 101.160-2/03. Por meio de informações solicitadas por esta equipe de Inspeção, verificou-se que os dados constantes do Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada sofreram profundas alterações que modificaram todo quadro do Endividamento Estadual.

Entretanto, não consta no anexo supracitado, as alterações para a apuração da Dívida introduzidas pela Portaria nº 516/02, anteriormente comentadas.

Ocorreram, ainda, modificações na metodologia de apuração dos valores apresentados no referido anexo, promovidas pela Contadoria Geral do Estado, que em princípio (3º Quadrimestre de 2001 e 1º Quadrimestre de 2002) utilizava dados extraído do relatório fornecido pela Superintendência do Crédito Público - SCP, e posteriormente passou a adotar os valores constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios (SIAFEM).

Cabe ressaltar que no decorrer do exercício foram realizados ajustes contábeis em virtude dos valores demonstrados pela Superintendência do Crédito Público - S.C.P. serem divergentes dos registrados no SIAFEM, restando, no término do exercício de 2002, uma diferença de R\$ 62.344.279,20 (sessenta e dois

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 21

milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

Segundo informações prestadas pela Contadoria Geral do Estado, através do ofício GAB/CGE nº 078/03, (fls. 30 a 35 do Doc. nº 12.283-6/03), tais divergências entre o S.C.P. e SIAFEM são oriundas:

• de inconsistências entre as informações prestadas, pelo setor do Serviço da Dívida da CEDAE, à S.C.P. e ao setor de Contabilidade da mesma Companhia, quanto aos saldos a amortizar da dívida, atingindo o montante de R\$ 178.220.880,90 (a menor no demonstrativo da S.C.P.);

• da ausência de registro na contabilidade da CEDAE, no valor de R\$ 418.574.578,90, relativo a saldo da Dívida à Amortizar junto a organismos internacionais;

• da contabilização da Conta 212160201, referente a SERLA, no valor de R\$ 211.463,00, não considerada para efeito de apuração da Dívida Consolidada.

Cumpre mencionar que os dados a seguir demonstrados constam do Relatório de Gestão Fiscal Definitivo.

III.4.2 - Da análise do demonstrativo

O demonstrativo, abaixo evidenciado, foi confeccionado a partir da documentação fornecida pela Contadoria Geral do Estado, cujos valores foram extraídos dos registros do SIAFEM.

R\$ Milhares

CAD
CGE

Nota: Excluídos dados pertinentes à Imprensa Oficial por tratar-se de Empresa Independente.

⊕ Pelo novo critério de apuração, introduzido pela Portaria nº 516/02, que incluiu os "Restos a Pagar Processados" como dedução do somatório do "Ativo Disponível", com os "Haveres Financeiros", bem como definiu os itens que comporiam os "Haveres Financeiros", alterando, assim, a metodologia utilizada anteriormente. Com base nesses novos critérios, o limite definido pela Resolução do

**CAD
SGE**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fis. 23

Senado Federal nº 40, foi extrapolado em dezembro de 2001, onde o percentual da Dívida Consolidada Líquida sobre a Receita Corrente Líquida foi de 223,82%;

☉ Tendo sido ultrapassado o limite definido pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001, no 3º Quadrimestre de 2001, a recondução da Dívida Consolidada Estadual enquadra-se no disposto no inciso I, do artigo 4º, da mesma legislação, o que será explicitado no item próprio;

☉ O item "Haveres Financeiros", que representam empréstimos, financiamento e outros créditos a receber, durante o período analisado, sofreu significativa mudança na metodologia de apuração e este fato provocou decréscimo no seu valor apresentado em 31/12/2001. Pelo Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2001, já publicado, o valor registrado era de R\$ 2.928.909 (em milhares de R\$). Este montante foi reduzido para R\$ 415.603 (em milhares de R\$), e constará de nova publicação no Relatório de Gestão Fiscal Definitivo do 3º Quadrimestre de 2002.

☉ Em dezembro de 2002 (3º quadrimestre/02) o percentual de endividamento líquido alcançou o total de 234,75% sobre a receita corrente líquida, evidenciando um acréscimo de aproximadamente 4,88%, sobre o saldo do exercício anterior;

☉ Caso fosse considerar a parcela do 13º Salário do exercício de 2002, não empenhada no mesmo exercício, no valor de R\$ 676.917 (em milhares de R\$), a Dívida Consolidada Líquida passaria para R\$ 36.126.431 (em milhares de R\$), atingindo portanto ao final do exercício de 2002 o percentual de 239,24.

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 24

Ressalta-se que o montante do 13º Salário não empenhado foi o publicado no Relatório de Gestão Fiscal Definitivo do 3º Quadrimestre, tendo em vista a sonegação da informação a esta Equipe de Inspeção conforme apontado no item IV.3.

III.4.3- Da recondução da dívida

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 30, inciso I, c/c o § 3º, do mesmo artigo, dispõe que os limites globais máximos para o montante da dívida consolidada dos Estados seriam definidos pelo Senado Federal.

Em cumprimento a sua competência, o Senado Federal elaborou a Resolução nº 40/2001, estabelecendo em seu artigo 3º, que a dívida consolidada líquida dos Estados, não poderá exceder a 2 (duas) vezes a receita corrente líquida.

Tendo em vista que o limite máximo definido em dezembro de 2001, para o Estado do Rio de Janeiro, seria de R\$ 27.217.696 (em milhares de Reais), e que a dívida consolidada líquida Estadual, apurada no mesmo período, alcançou o montante de R\$ 30.460.051 (em milhares de Reais), estaria o Estado incurso no artigo 4º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que a seguir reproduzimos:

"Art.4º No período compreendido entre a data da publicação desta Resolução e o final do décimo quinto exercício financeiro a que se refere o artigo 3º, serão observadas as seguintes condições:

I - O excedente em relação aos limites previstos no artigo 3º apurado ao final do exercício do ano da publicação desta Resolução deverá ser reduzido, no mínimo, a proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro;

CAD
SCE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 25

II - para fins de acompanhamento da trajetória de ajuste dos limites de que trata o art. 3º, a relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida será apurada a cada quadrimestre civil e consignada no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

III - o limite apurado anualmente após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avos) estabelecido neste artigo será registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;
(...)

Cumpra alertar, conforme exposto no item **III.4.1**, que durante o exercício de 2002 a Dívida Consolidada Líquida apresentou um crescimento na ordem de 4,88%, quando deveria ter sido reconduzida no percentual de 1,588% da Receita Corrente Líquida.

III.5 - Da Conclusão do Capítulo

Ante o exposto, verifica-se que em 31.12.2001 a Dívida Consolidada Líquida do Estado do Rio de Janeiro, em virtude da nova metodologia empregada, excedia o limite previsto na Resolução do Senado Federal nº 40 de 20 de dezembro de 2001, de 2 (duas) vezes a Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado, atingindo o montante de R\$ 30.460.051 (em milhares de R\$) o que correspondia a 223,82% da referida receita.

Desta forma, deverá ser aplicado o previsto no artigo 4º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 40/01, reconduzindo-se o excedente, em relação aos limites previstos, no mínimo à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro.

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 26

Constatou-se, ainda, que no exercício de 2002 a Dívida Consolidada Líquida apresentou um crescimento real de aproximadamente 4,88% sobre o saldo do exercício anterior. Foi alcançado um percentual de 234,75% da RCL do exercício.

Isto posto, será sugerido ao final deste Relatório, que o descumprimento da recondução da dívida no exercício de 2002, à proporção de no mínimo 1/15 (um quinze avos) seja relevado por esta Corte de Contas, tendo em vista que as mudanças dos critérios de apuração só se tornaram públicas por meio da Portaria STN nº 516 de 14 de outubro de 2002.

Não obstante, que o Egrégio Plenário alerte o Estado do Rio de Janeiro para proceder a recondução da Dívida a partir do exercício de 2003, na proporção a ser definida por esta Corte de Contas.

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 27

CAPÍTULO IV - DA DESPESA COM PESSOAL

IV.1 - Considerações Iniciais

Como previsto no item relativo ao Escopo de Auditoria, o objetivo inicial seria validar os dados constantes do Relatório de Gestão Fiscal Provisório, do 3º Quadrimestre de 2002, com o fito de subsidiar uma análise mais aprofundada quando da análise das Contas de Gestão do Governador, do citado exercício.

Visando o alcance da meta prevista, foram apresentados os Ofícios CAD/SUE nº 01/2003 e CAD/SUE nº 02/2003, ambos de 26/02/03, (fls. 07 a 09 do Doc. nº 12.283-6/03) onde foram solicitados documentos e informações, respectivamente, à Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação - SARE e à Secretaria de Estado de Finanças.


Em cumprimento às solicitações efetuadas, a Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação - SARE, encaminhou a esta equipe de inspeção, quadros contendo os aumentos que provocaram impacto na folha de pagamentos, relativos aos exercícios de 2001 e 2002, assim como os valores brutos referentes às folhas de pagamento, do mesmo período, da Administração Direta e Indireta, do Poder Executivo, (fls. 55 a 58 e 141 a 185 do Doc. nº 12.283-6/03) excluídas as folhas da CEDAE, CEHAB e RIOTRILHOS, que conforme informação verbal do Subsecretário Adjunto de Despesa da SARE, estas são geradas nas próprias entidades, não passando pela SARE.

Já a Secretaria de Estado de Finanças, cumpriu os itens relativos à Dívida Estadual Consolidada e relativos aos aumentos da folha de pagamento, do seu conhecimento, e, através do Ofício nº 56/GAB/CGE, de 26/02/03, (fls. 40 a 44 e 46 a 48 do Doc. nº 12.283-6/03) encaminhou para a Secretaria de Estado de

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica  Fls. 28

Planejamento, Controle e Gestão, endereçado ao Subsecretário, Sr. Flávio Batista Silveira, para que fossem respondidos os itens referentes ao empenhamento do 13º Salário do exercício de 2002, motivado pela inexistência de tais dados na Contadoria Geral do Estado, sob responsabilidade do Sr. Nestor Lima de Andrade.

Ao se realizar o cruzamento das informações obtidas, verificou-se que existiam aumentos relacionados na informação prestada pela Contadoria Geral do Estado, que não haviam sido relacionados na informação fornecida pela SARE.

Objetivando o perfeito esclarecimento dos objetivos colacionados, foram expedidos à SARE, os Ofícios CAD/SUE nº 03/2003, de 06/03/03 e 04/2003, de 10/03/03, (fls. 10 a 14 do Doc. nº 12.283-6/03) onde buscou-se esclarecimentos quanto às divergências encontradas tendo sido anexados os quadros anteriormente recebidos, da mesma Secretaria, para que fossem esclarecidos os períodos a que se referiam.

No tocante à solicitação efetuada à Secretaria Estadual de Finanças e repassadas à Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, pelo Contador Geral do Estado, ainda foi objeto de reiterações através dos nossos Ofícios CAD/SUE nº 05/2003, de 06/03/03 e CAD/SUE nº 09/2003, (fls. 15/16 e 22/23 do Doc. nº 12.283-6/03) sem que, fossem prestadas as informações solicitadas.

Diante a ausência dos esclarecimentos solicitados acerca do empenhamento do 13º salário do exercício de 2002, foi emitida, por esta Corte de Contas, credencial a fim de que fosse procedida a Inspeção Especial, também, na Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, originando o Ofício

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica *CA* Fls. 29

nº 1204/03 - GAP/SGE, datado de 07/04/03, recebido pela Sra. Denise, matr. 0867842-7, secretária da Chefia do Gabinete, em 08/04/03.

A solicitação dos esclarecimentos foi efetuada, na mesma data, por meio do Ofício CAD/SUE nº 12/2003, (fls. 27/28 do Doc. nº 12.283-6/03) endereçado ao Sr. Flávio Baptista Silveira, Subsecretário de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, e recebido pela Sra. Ana Helena de C. Tolentino, Assessor/ Controle, matr. 859.909-4.

Somente em 14 de abril de 2003, através do Ofício SS/GAB nº 15, (fls. 90 a 102 do Doc. nº 12.283-6/03) o Subsecretário de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, encaminhou a esta Equipe as respostas aos itens solicitados, consideradas inconsistentes e insatisfatórias, as quais serão objeto de análise mais apurada no item IV.3.

No que se refere a SARE, as solicitações efetuadas foram objetos do Ofício GAB/SARE nº 393, de 13/03/2003, (fls. 59 a 62 do Doc. nº 12.283-6/03) que não logrou o atendimento integral, alegando exigüidade do prazo concedido. Trata-se da discriminação das deduções previstas no art. 19 da LRF. Também a especificação com relação ao período em que ocorreram os impactos na folha de pagamento não foram esclarecidos de forma satisfatória.

Foram confeccionados, em contrapartida, os Ofícios CAD/SUE nº 06/2003 e CAD/SUE nº 07/2003, (fls. 17 a 20 do Doc. nº 12.283-6/03) ambos de 17/03/2003, o primeiro deles reiterando solicitações não atendidas. O segundo visava maiores esclarecimentos com relação aos aumentos da folha de pagamento.

A Exma. Sra., Dra. Vanice Regina Lirio do Valle, Secretária de Estado de Administração e Reestruturação, através do Ofício SARE/GAB nº 420, de

CAD
SUE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 30

19/03/2003, protocolado sob o n.º TCE-RJ 8.346-4/03, solicitou a esta corte de Contas, prorrogação do prazo concedido.

Tal prorrogação foi concedida por este Tribunal, expresso no Ofício n.º 1179/03 - GAP/SGE, de 20/03/2003, (fls. 06 do Doc. n.º 12.283-6/03) pelo prazo de 72 horas.

Findo o período determinado, foram prestadas informações, pelo Órgão, através do Ofício SARE/GAB n.º 456, de 26/03/03, (fls. 63 a 74 do Doc. n.º 12.283-6/03) que, aparentemente, atendeu aos itens relativos aos impactos resultantes de aumentos na folha de pagamento. Com relação às deduções do artigo 19 da LRF, o atendimento se mostrou insatisfatório, uma vez que os valores com inativos foram demonstrados de forma bruta, ao invés da parte que o Estado complementou. Também, os dados relativos às ações judiciais, foram mencionados de forma abrangente, sem discriminar o período em que efetivamente ocorreram.

Observou-se posteriormente, que os dados referentes a folha de pagamento foram apresentados de forma cumulativa, mês a mês, inviabilizando o uso das tabelas fornecidas para apuração do impacto real ocorrido no exercício de 2002, o que será melhor detalhado no item próprio.

Na tentativa de buscar a informação precisa, para apuração do limite disposto no artigo 71, da LRF, tomou-se imprescindível a obtenção dos valores referentes, tão somente, a fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por lei específica e revisão geral anual (inciso X, art. 37 da CF). Assim sendo, foi realizada uma reunião, em 03/04/03, entre esta equipe de Inspeção, o Subsecretário Adjunto de Despesa da SARE e o Contador Geral do Estado, onde tomamos conhecimento

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica *X* Fls. 31

da inexistência de um "relatório de linha" que contenha todos os dados solicitados de acordo com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na reunião em tela, foi ainda comentado pelo Subsecretário Adjunto de Despesa da SARE, as dificuldades na elaboração do relatório, no tempo exíguo que se faz necessário, e que tal confecção demandaria um prazo de aproximadamente 180 dias, que primeiramente deveria receber a aprovação da Secretária da SARE. Foi solicitado então um novo ofício, explicitando a necessidade de obter-se, apenas, os valores referentes a fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por lei específica e revisão geral anual (inciso X, art. 37 da CF).

O Ofício em comento, foi o de nº CAD/SUE nº 11/2003, de 04/04/03, (fls. 25 e 26 do Doc. nº 12.283-6/03) tendo sido recepcionado pelo próprio Subsecretário Adjunto de Despesa da SARE, Sr. José Antônio Paulo Fonseca. Por ocasião da entrega deste Ofício, o Subsecretário informou que a Secretária da SARE desejava ter uma reunião com esta equipe de Inspeção, sendo a mesma agendada para o dia 08/04/03, às 14:00 h.

Os assuntos tratados na reunião se referiram às dificuldades operacionais do fornecimento de relatório que não sejam de "linha", bem como da impossibilidade da entrega deste relatório antes do término desta Inspeção. Foi ainda acordado, que o formato deste relatório, assim como o prazo viável para a entrega, seriam encaminhados posteriormente a esta equipe de Inspeção, em resposta ao nosso último Ofício expedido.

O Subsecretário Adjunto de Despesa da SARE, além de outros comentários, elaborou metodologia que julgou suficiente e necessário para a apuração da fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por Lei específica e

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 32

Revisão Geral Anual (inciso X, art. 37 CF), que recebeu aprovação da Secretária da SARE, sendo enviada a esta Corte através do Ofício SADEP/SARE nº 35/2003, de 11 de abril de 2003 (fls. 85 a 89 do Doc. nº 12.283-6/03).

No mencionado ofício não foi fixado prazo para confecção do relatório, sendo feitas considerações no sentido que tal demanda ocasionaria "o reprocessamento, mês a mês, de todas as folhas de pagamento, num total de 24 (vinte e quatro) para que se possa empreender aos cogitados expurgos."

Por meio do Ofício CAD/SUE nº 13/2003 (fls. 29 do Doc. nº 12.283-6/03), comunicamos à Subsecretaria Adjunta de Despesa da SARE que esta Equipe de Inspeção tomou ciência do contido no seu expediente e que incluirá sua pauta no escopo dessa Inspeção, em item próprio.

IV.2 - Da fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por Lei específica e Revisão Geral Anual (inciso X, art. 37 CF)

IV.2.1 Da análise da documentação

Tendo em vista o Relatório de Gestão Fiscal Provisório do 3º Quadrimestre de 2002, ter apresentado observação quanto à possível extrapolção do limite previsto no artigo 71, da LRF, e o mesmo não informar o campo "fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por Lei específica e Revisão Geral Anual (inciso X, art. 37 CF)", foram solicitados à Contadoria Geral do Estado - CGE, por meio do Ofício CAD/SUE nº 02/2003, de 26/02/03, o montante relativo ao aumento da despesa com pessoal no exercício de 2002 em relação a 2001, decorrente da alteração supracitada. E em contrapartida, solicitamos à Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação - SARE; os mesmos aumentos, detalhados por órgão e ou entidade, e por tipo de Administração.

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.580-2/03
Rubrica Fls. 33

Quanto à informação solicitada à CGE, o atendimento foi efetuado através do encaminhamento da cópia do Processo E/04/028008/2003, de 20/02/2003, onde o Contador Geral do Estado solicita tais informações, ao Sr. José Antônio Paulo Fonseca, Subsecretário Adjunto da SARE, sendo respondido por meio do Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, de 14/02/03.

Ademais, a Subsecretaria Adjunta de Despesa da SARE, através do Ofício SADEP nº 30, de 25/03/03, encaminha a discriminação solicitada.

Da comparação dos dados obtidos, constatou-se várias divergências, as quais serão demonstradas a seguir.

Objetivando melhor visualização da tabela, foram considerados como "Crescimento A" os valores obtidos por meio da Contadoria Geral do Estado, e como "Crescimento B", aqueles oriundos diretamente da SARE.

PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
Órgão	Fundamento	Validade	Crescimento A	Crescimento B	Diferença (A-B)	Obs.
PMERJ	Decreto nº 28.595, de 08/06/01	01/06/2001	10.227.281,00	10.271.840,97	-44.559,97	
CBMERJ	Decreto nº 28.595, de 08/06/01	01/02/2001	5.495.554,21	6.321.834,24	173.719,97	
BEE	Decreto nº 31.254, de 28/04/02	01/05/2002	63.370.262,30	38.606.623,91	24.764.638,39	
PGE	Lei Complementar nº 95, de 21/12/00	01/01/2001	2.384.191,13	0	2.384.191,13	1
DPGE	Lei Complementar nº 95, de 21/12/00	01/01/2001	2.024.602,17	0	2.024.602,17	2
POL. CIVIL	Lei nº 3.596, de 21/06/01 e Lei nº 3.691, de 01/07/2001	01/07/2001	17.345.604,57	26.202.662,52	-8.857.277,95	3
ASS. JURÍDICO	Lei nº 3.606, de 04/04/02	01/04/2002	0	1.241.194,04	-1.241.194,04	4
TOTAL			108.847.495,38	81.643.175,58	29.204.319,79	

Observações:

1 - Foi informado no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, que trata-se de despesa relativa ao exercício de 2002, porém no Ofício SADEP nº 30, Quadro 4, verifica-se que as despesas são referentes ao exercício de 2001;

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

2 - Foi informado no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, que trata-se de despesa relativa ao exercício de 2002, porém no Ofício SADEP nº 30, Quadro 5, verifica-se que as despesas são referentes ao exercício de 2001;

3 - Consta no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, o valor total do aumento conferido à Polícia Civil, juntamente com o dos Delegados, porém no Ofício SADEP nº 30, estão demonstrados separadamente, nos Quadros 7 e 8;

4 - Não consta a despesa com o aumento concedido aos Assessores Jurídicos no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, embora tenha sido relacionada no Ofício SADEP nº 30, Quadro 6.

PODER EXECUTIVO - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
Órgão	Indicador/Regime/Conceito	Fundamento	Crescimento A	Crescimento B	Diferença (A-B)	Obs.
CASERJ	Jun02 Ac. Coletivo - 45,88%	Proc. CASERJ01/189/2000	82.252,56	78.606,64	3.645,91	
CECERJ	Jan02 Tel. C. Comissão	Lei Complementar nº 909/2002	148.425,07	11.974,59	136.450,48	
CEADAE	Ago02 Ac. Colet. - 9,53% (Reajust. maio02)	Ac. Coletivo 2002/2003	2.761.401,20	1.799.769,84	961.631,36	
COOPIN	Fev02 Ac. Colet. 32,76% e Absorção d. Suprod.	Process. E-11/20021/2001-A/5-01/7647/2002	37.897,29	61.456,07	-23.558,78	1
EMOP	Jan02 Ac. Coletivo - 26,76%	Proc. E-12/20033/2000	379.950,39	313.836,45	66.113,93	
FAETEC	Jan02 Reaj. de Vanc. (3º e 4º par.)	Lei nº 3.863/2001	2.961.266,88	1.952.577,06	1.008.709,82	
FAPERJ	Abr02 Reaj. Vanc. e Enq. Nova Tabela	Lei nº 3.762/02 e Proc. E-26/20489/2002	184.151,36	208.965,67	-24.814,31	2
FTM	Jan02 Reajuste vencimentos	Lei nº 3.741/2001	1.440.953,58	1.807.860,13	-366.906,55	
METROPOLITANA	Set02 Ac. Coletivo - 3,86%	Determinação Superior	105.245,11	19.416,40	85.828,71	3
PRODERJ	Mar02 Plano Carreira/Salários	Lei nº 3.634/2002	1.073.786,84	995.822,70	77.964,14	
SUDERJ	Mar02 Reajuste Muni. Prof. SEE	Decreto nº 31.254/2002	72.341,35	157.440,71	-85.099,36	
TURISMO	Jan02 Ac. Coletivo - 70,36%	Proc. E-11/20083/2002	349.443,83	72.496,87	276.946,96	
UERJ	Jan02 Reaj. de Vanc. (3º e 4º par.) e Reaj. dos Aux.	Lei 3.645/2001 e Proc. UERJ/10836/2002	4.233.290,37	3.807.492,98	425.797,39	4
UEMF	Jan02 Enquadramento (Reajust. Ago01)	Proc. E-26/20027/2002	0	3.202,84	-3.202,84	5
TOTAIS			13.630.334,31	10.950.970,95	2.679.363,36	

Observações:

1 - Foi informado no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, um único valor de impacto para os aumentos referentes ao acordo coletivo e absorção de produtividade, porém no Ofício SADEP nº 30, foram informados de maneira apartada, nos Quadros 23 e 33;

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica
Fls. 35

2 - Consta no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, um único valor de impacto para os aumentos referentes aos reajustes de vencimentos e enquadramento em nova tabela, porém no Ofício SADEP nº 30, foram informados de maneira apartada, nos Quadros 25 e 35 ;

3 - Em ambas as informações consta que o aumento concedido ao METRO/RIOTRILHOS, teve como fundamento "Determinação Superior", sem que fosse apontado qualquer nº de processo ou embasamento legal para o ato;

4 - Foi informado no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, um único valor de impacto para os aumentos referentes à 3ª e 4ª parcela do reajuste de vencimentos e reajuste de auxílios, porém no Ofício SADEP nº 30, foram informados de maneira apartada, nos Quadros 14 e 36 ;

5 - Não consta a despesa com o aumento concedido à UENF no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15, embora tenha sido relacionada no Ofício SADEP nº 30, Quadro 22.

Da análise dos quadros anteriormente apresentados, constata-se:

☐ No Ofício SADEP nº 30, constam aumentos que não estão relacionados, no Ofício SUPDP/SADEP/SARE nº 15;

☐ Existem divergências em todos os itens confrontados;

☐ Nos dados discriminados, oferecidos no Ofício SADEP nº 30, verifica-se que não foram expurgados, do cálculo dos aumentos das despesas com pessoal no exercício de 2002, oriundas de "fixação ou alteração de remuneração ou

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 36

subsídio por *Lei específica e Revisão Geral Anual* (inciso X, art. 37 CF)", os valores referentes aos aumentos e diminuições vegetativos da folha, assim como, progressão, promoções, concessão de gratificações por tempo de serviço, e outros que provocaram alterações na folha, que não foram resultantes do previsto no texto constitucional, sendo assim, verifica-se que os valores estão superavaliados;

Desta forma, observando os Princípios do Conservadorismo e da Prudência consideraremos o maior valor fornecido pela SARE, R\$ 114.677.829,69 (Crescimento A) no campo "*fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por Lei específica e Revisão Geral Anual*", como dedução para apuração do limite estabelecido no artigo 71, da LRF, bem como o valor do 13º Salário não empenhado (R\$ 613.505 mil), publicado no Relatório de Gestão Fiscal Definitivo do 3º Quadrimestre de 2002. Desta forma, a despesa com pessoal atinge o montante de R\$ 6.169.088 (em milhares de Reais), correspondendo a 40,85% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando, desta forma o Limite Permitido (art. 71, da LRF) de 38,65%.

IV.2.2 – Do Controle da Despesa com Pessoal

A Lei Complementar nº 101/00 - LRF, preceitua em seu artigo 21, que é nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda às exigências dos artigos 16 e 17, do mesmo diploma legal, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do artigo 169 da Constituição.

No tocante aos artigos 16 e 17 da LRF, sua exigência, para o caso em tela, é excluída pelo § 6º, do artigo 17, do mesmo diploma legal, o que não invalida a exigência cumulativa do § 1º, do artigo 169, da Constituição Federal, que dispõe *in verbis*:

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fis. 37

"Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (...)"

Cabe mencionar, que não consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias autorização para a fixação ou alterações da remuneração dos servidores públicos citada em item anterior, excluídas as relativas às Empresas Públicas e às Sociedades de Economia Mista, (Doc. nº 12.284-0/03) contrariando, assim, o disposto no texto constitucional.

IV.3 - Do não empenhamento do 13º Salário

A solicitação de informações quanto ao montante do 13º (décimo terceiro) Salário não empenhado originou-se da observação constante no Relatório de Gestão Fiscal Provisório do 3º Quadrimestre de 2002, Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo I, alertando que, se efetuado o empenhamento do 13º (décimo terceiro) salário do Poder Executivo, no montante de R\$ 589.503 (em milhares de R\$), o limite previsto no artigo 71, da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), seria ultrapassado.

**CAD
SGE**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.580-2/03
Rubrica Fls. 38

Objetivando a averiguação da fidedignidade do valor publicado, foram solicitadas as informações ao Contador Geral do Estado, tendo este esclarecido que os valores publicados foram fornecidos pela Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão. Na oportunidade, respondeu aos itens de sua competência e encaminhou os restantes a essa Secretaria, através de Ofício endereçado ao Subsecretário de Planejamento, Controle e Gestão.

Como não se logrou resposta, apesar de reiterações formuladas, foi fornecida uma credencial por este Tribunal, apresentando esta Equipe de Inspeção e viabilizando a possibilidade de oficial diretamente ao Subsecretário, o que efetivamente foi feito.

Em resposta ao solicitado, foi remetido o Ofício SS/GAB/ nº 15, que ora passamos a analisar:

• Não foi evidenciado o montante da folha de pagamento do 13º Salário não empenhado no exercício de 2002, sendo apresentada a seguinte informação, por parte da Subsecretaria Adjunta de Controle, Sra. Ana Maria Brites B. Barifouse:

"(...) a atribuição desta Secretaria restringe-se aos aspectos relativos ao provisionamento orçamentário para o atendimento da despesa, efetuado com base em estimativas e liberação das dotações orçamentárias no SIAFEM, propiciando aos órgãos e às entidades que efetuem o empenhamento e liquidação das respectivas despesas. (...) a informação quanto ao montante da folha deverá ser obtida junto à SARE, Órgão Central de Administração de Pessoal e às entidades de Administração Indireta que gerenciam diretamente suas folhas de pagamento de pessoal e encargos sociais. Por outro lado, ressalta-se que esta Secretaria não dispõe de informações precisas, mas tão somente estimativas, oriundas das solicitações formuladas por cada órgão ou entidade, para fins de orçamentação, sendo certo que recorrer-se ao SIAFEM, gerenciado pela SEF, é insuficiente face ao aqui exposto."

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fls. 39

No entanto, conforme previsto nos artigos 36 e 37 do Decreto nº 30.402/01, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2002, o controle das cotas de pessoal e encargos é atribuição da então Secretaria de Estado de Controle Geral, nos seguintes termos:

"Art. 36 - Os valores das quotas de pessoal e encargos constantes do Anexo III serão discriminados através da Resolução da Secretaria de Estado de Controle Geral, com base nas informações prestadas pelos órgãos, nas condições definidas pela Secretaria de Estado de Controle Geral.

Art. 37 - A Secretaria de Estado de Controle Geral liberará a provisão das despesas referentes à quota de pessoal e encargos trimestralmente, no Sistema SIAFEM/RJ, com base na respectiva Resolução.

Parágrafo Único - As quotas de pessoal e encargos serão lançadas da seguinte forma:

I - pessoal ativo e encargos à conta do Orçamento 2002 do órgão ou entidade;

II - inativos e pensionistas à conta do Orçamento 2002 do RIOPREVIDÊNCIA, que encaminhará ao CONTROLE, mensalmente, até o dia 15 do mês posterior ao de competência, a relação dos valores pagos aos inativos discriminados por órgão."

Se a informação quanto ao montante não empenhado do 13º Salário do Poder Executivo não é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, a quem caberá esta função?

Ademais, na publicação do Relatório de Gestão Fiscal Definitivo do 3º Quadrimestre, no Diário Oficial de 16 de abril de 2003, consta a observação de que não houve empenhamento do 13º Salário no montante de R\$ 613.505 (em milhares de R\$), e caso ocorresse o seu empenhamento, o limite do artigo 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal seria ultrapassado.

Cumprе ressaltar, que o valor evidenciado no Relatório definitivo é divergente do divulgado no Relatório provisório, e em virtude da ausência de informação, tanto da Secretaria de Estado de Finanças, quanto da Secretaria de

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fls. 40

Estado de Planejamento, Controle e Gestão, a cerca dos respectivos valores, a averiguação da fidedignidade dos mesmos fica comprometida.

Embora a Subsecretaria não tenha fornecido os valores relativos ao não empenhamento do 13º. Salário, foram esclarecidos os motivos para a ocorrência do fato, que abaixo reproduzimos:

"(...) na ocasião em que se deveriam efetuar as adequações orçamentárias necessárias à cobertura dessas despesas, não foram identificadas fontes disponíveis que permitissem as suplementações das dotações que se apresentaram insuficientes em cada Órgão/Entidade.

Apenas em situações específicas de dotações próprias ou disponíveis para suplementação foi possível a alguns Órgãos e Poderes proceder ao empenhamento e respectiva liquidação.

Cumpra informar que através da Lei nº 4004, de 31 de outubro de 2002, foi autorizado ao Poder Executivo a abrir crédito suplementar até o valor de R\$ 800 milhões para atender despesas com a folha de pessoal de servidores ativos e inativos, no exercício de 2002. (artigo 18), à conta dos recursos decorrentes da cessão de créditos objeto de parcelamento e de créditos inscritos em dívida ativa. Ocorre que o artigo 13 da referida Lei, estabeleceu que a viabilização efetiva de tais recursos mediante alienação das Cotas em bolsa ou mercado, somente poderia se dar, a partir do dia 1º de Janeiro de 2003, inviabilizando assim, sua orçamentação no exercício de 2002.

Esclareça-se ainda, que a folha de pagamento teve, ao longo de 2002, crescimento não previsto, fruto de determinações legais e/ou judiciais. Tal fato levou à necessidade de comprometimento de parcela crescente das dotações relativas a pessoal e encargos, com evidentes problemas ao final do exercício. Como a receita não evoluiu no mesmo ritmo, as dificuldades financeiras transpuseram-se para o campo orçamentário."

Cabe mencionar que tal esclarecimento reflete a fragilidade no planejamento orçamentário, visto que a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2002, Lei nº 3.608, de 17 de julho de 2001, em seu anexo de "Riscos Fiscais", apresenta previsão de um passivo contingente da ordem de R\$ 1.217 milhões, sendo R\$ 671 milhões referentes a área trabalhista, assim distribuídos:

	Valores em R\$ (milhões)
Teto Remuneratório	378
Triênios Retidos	145

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fis. 41

Reenquadramento e Mudança de Nível	48
Vencimentos Atrasados	120
Incorporação de Cargos em Comissão	150
Decisões Judiciais diversas	30

Foi ressaltado, ainda, que os passivos de risco seriam absorvidos pelo aumento de arrecadação própria do Estado, sem afetar os programas prioritários de governo, num interregno de três a quatro anos.

O que se antevê dos fatos apresentados é a postura não conservadora do Estado, na elaboração da Lei Orçamentária, consignando como Reserva de Contingência o valor de R\$ 143 milhões, quando em verdade, deveria ser provisionado, em atendimento ao Princípio da Prudência, valores bem mais expressivos.

Ademais, o artigo 5º, III, da Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na Receita Corrente Líquida, serão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, destinadas ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. Efetivamente, foi definido no texto da LDO um mínimo de 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, com destinação para o atendimento dos passivos em tela.

Cabe ainda, o questionamento quanto ao não empenhamento de ao menos parte do 13º Salário, visto que, na execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos houve uma "sobra" orçamentária de R\$ 472.802.714,52,

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fls. 42

conforme dados extraídos do SIAFEM, o que corresponderia a 77,06% da folha de pagamento do 13º Salário.

Mesmo que não houvesse disponibilidade financeira para sua concretização, entende-se que as despesas referentes a serviços da dívida, obrigações constitucionais relativas a pessoal, inclusive os derivados de decisão judicial condenatória, emergenciais e demais despesas legais em virtude de transferências obrigatórias não estão sujeitas à vedação prevista no caput do artigo 42 da LRF.

Tal entendimento é ratificado no parecer de, nº 71/2002 ASJUR/CONTROLE proferido pela Douta Procuradora Geral do Estado, Dra. Mariana Tápias, ex-chefe da Assessoria Jurídica da então Secretaria de Estado de Controle, que dispõe:

"(...) na ocorrência reconhecida de calamidade pública, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 65, já excepciona explicitamente o cumprimento de alguns de seus dispositivos, como o controle de despesas com pessoal (artigos 23 e 70), a recondução da dívida consolidada (artigo 31) bem como a dispensa do atingimento dos resultados fiscais e as limitações de empenho (artigo 9º).

Assim, como a norma inserta no artigo 42 tem cunho moralizador e visa a gestão fiscal responsável, através do cumprimento de metas, a ocorrência de eventos imprevisíveis por natureza, tais como calamidades públicas e as despesas contraídas para seu saneamento, não estariam subsumidas aos seus ditames.

(...) É que na medida que o § 2º do artigo 9º da supracitada lei determina que não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias, impõe-se a exclusão de tais despesas da proibição do artigo 42.

De fato, a Constituição Federal da República obriga o empregador ao pagamento dos salários/vencimentos e demais encargos com 13º

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica *[assinatura]* Fls. 43

salário ou gratificação natalina, hora extra, salário-família, e etc., todos previstos no artigo 7º, aplicáveis aos servidores públicos nos termos do § 3º do artigo 39 da Carta Política de 1988."

Da mesma forma, se posicionou a Douta Procuradora do Estado, Dra. Vanessa Reis, em sua tese " Os Restos a Pagar e as Despesas de Pessoal" in verbis:

" Da leitura do texto constitucional, podemos inferir que, entre as obrigações constitucionais estão as folhas de pagamento, décimo-terceiro salário (artigos 7º e 39, parágrafo 3º da CRFB/88), e os encargos legais decorrentes (previdência social, PASEP, etc.), bem como a revisão geral anual prevista no artigo 37, inciso X da Constituição da República de 1988.

Assim sendo, se ao administrador é vedado limitar as despesas com as obrigações constitucionais, será por sua vez impedido de promover o cancelamento do empenho, preconizado na norma penal para o atendimento da LRF.

Além disto, a fim de afastar a incidência da norma penal, o próprio código penal, em seu artigo 23, parte geral, dispõe que ninguém comete crime quando age no estrito cumprimento do dever legal. Conclui-se, portanto, que a emissão de empenhos para atender a obrigações constitucionais e legais do ente público é conduta subsumida ao estrito cumprimento do dever legal, não sendo crime a manutenção de referidas despesas."

Diante do exposto, causa estranheza o não empenhamento de parte do 13º Salário, pois, se esse fosse empenhado, conforme mencionado anteriormente, a despesa com pessoal do Poder Executivo atingiria o percentual de 41,61% sobre a Receita Corrente Líquida, ultrapassando o limite de 38,65% estabelecido no artigo 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fls. 44

IV.4 - Da Conclusão do Capítulo

Diante de todos os aspectos abordados, houve redução do escopo inicial, em virtude das seguintes inconsistências verificadas:

☐ Não constam as folhas de pagamento da CEDAE, RIOTRILHOS, e CEHAB, por serem confeccionada pela próprias entidades;

☐ Os valores dos aumentos concedidos foram informados pelo valor bruto, mês a mês, com o valor do percentual calculado sobre o mês anterior, já com uma parcela do aumento. Não foram excluídos os aumentos vegetativos da folha, os referentes ao tempo de serviço, promoções, alterações de níveis dentro da carreira, incorporações, e outros que resultaram aumento da folha, apresentando-se desta forma superavaliados;

☐ Quanto aos valores fornecidos para esta Equipe de Inspeção, diretamente pela SARE e aqueles informados pela própria Secretaria à Contadoria Geral do Estado, verificamos que existe divergência em todos os itens confrontados;

☐ Quanto aos valores referentes à indenização por demissão de servidores ou empregados (art. 19, § 1º, inciso I, da LRF), e dos valores referentes a incentivos à demissão voluntária (art. 19, § 1º, inciso II, da LRF), foi informado pelo Ofício GAB/SARE nº 393, de 13/03/03, que não constam registros desta natureza no cadastro da SARE. No entanto, no Relatório de gestão Fiscal Provisório do 3º Quadrimestre, constam R\$ 12 (em milhares de R\$) neste item;

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fis. 45

Quanto à inexistência, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de autorização para a fixação ou alterações da remuneração dos servidores públicos, contrariando o disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com relação aos seguintes aumentos:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão	Fundamento	Validade
PMERJ	Decreto nº 28.695, de 08/06/01	01/08/2001
CBMERJ	Decreto nº 28.695, de 08/06/01	01/02/2001
SEE	Decreto nº 31.254, de 29/04/02	01/05/2002
PGE	Lei Complementar nº 95, de 21/12/00	01/01/2001
DPGE	Lei Complementar nº 95, de 21/12/00	01/01/2001
POL. CIVIL	Lei nº 3.695, de 21/06/01 e Lei nº 3.691, de 26/10/01	01/07/2001
ASS. JURÍDICO	Lei nº 3.606, de 04/04/02	01/04/2002

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA			
Órgão	Validade	Resumo/Conceito	Fundamento
FAETEC	Jan/02	Res. de Venc. (3º e 4º parc.)	Lei nº 3.683/2001
FAPERJ	Abr/02	Res. Venc. e Enq. Nova Tabela	Lei nº 3.782/02 e Proc. E-26/20468/2002
FTM	Jan/02	Reajuste vencimentos	Lei nº 3.741/2001
PRODERJ	Mai/02	Plano Cargos/Salários	Lei nº 3.834/2002
SUDERJ	Mai/02	Reajuste Nível Prof. SEE	Decreto nº 31.254/2002
UERJ	Jan/02	Res. de Venc. (3º e 4º parc.) e Res. dos Aux.	Lei 3.649/2001 e Proc. UERJ/10838/2002
UENF	Jan/02	Enquadramento (Retroat. Ago/01)	Proc. E-26/50027/2002

Quanto à ausência de informação do montante não empenhado da folha de pagamento do 13º Salário de 2002, no mesmo exercício financeiro.

Constatou-se ainda, que o Poder Executivo, contrariando o regime de competência deixou de empenhar o montante de R\$ 613.505 mil, referente ao décimo terceiro salário do exercício de 2002.

Não obstante, observando os Princípios do Conservadorismo e da Prudência, consideraremos o maior valor fornecido pela SARE (R\$ 114.677.829,69) para fins de dedução do Total da Despesa Líquida com Pessoal do Poder Executivo, objetivando a apuração do limite disposto no artigo 71 da LRF, valor este

CAD
SCE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fis. 46

que subsidiará a análise da despesa com pessoal nas Contas de Gestão do Governo Estadual do exercício de 2002;

Sendo assim, sugeriremos ao final deste relatório:

➡ Que o responsável pela Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação, seja comunicado para que no prazo a ser fixado por este Egrégio Plenário encaminhe a esta Corte de Contas os documentos e esclarecimentos necessários;

➡ Que o titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, nos exercícios de 2001 e 2002, preste razões de defesa quanto ao não atendimento do preceito constitucional, apontado no item IV.2.2;


➡ Que o titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, preste razões de defesa quanto à ausência de informação dos valores relativos ao não empenhamento do 13º Salário do exercício de 2002;

➡ Que o titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, no exercício de 2002, apresente razões de defesa quanto ao não empenhamento do 13º Salário do exercício de 2002, no período de competência.

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica  Fls. 47

CAPÍTULO V - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, e:

Considerando que em 31.12.2001 a Dívida Consolidada Líquida do Estado do Rio de Janeiro, em virtude da nova metodologia empregada, excedia o limite previsto na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, e que portanto, deverá ser aplicado o previsto no artigo 4º, inciso I, da Resolução do Senado Federal nº 40/01, reconduzindo-se o excedente, em relação aos limites previstos, no mínimo à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro;

Considerando que foi constatado ainda, que no exercício de 2002 a Dívida Consolidada Líquida apresentou um crescimento real de aproximadamente 4,88% sobre o saldo do exercício anterior, alcançando um percentual de 234,75% da RCL do exercício;

Considerando que o descumprimento da recondução da dívida no exercício de 2002, à proporção de no mínimo 1/15 (um quinze avos), s.m.j., pode ser relevado por esta Corte de Contas, tendo em vista que as mudanças dos critérios de apuração só se tornaram públicas por meio da Portaria STN nº 516 de 14 de outubro de 2002;

Considerando que as despesas referentes a serviços da dívida, obrigações constitucionais relativas a pessoal, inclusive os derivados de decisão judicial condenatória, emergenciais e demais despesas legais em virtude de

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fls. 48

transferências obrigatórias não estão sujeitas à vedação prevista no caput do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o 13º Salário referente ao exercício de 2002, não foi empenhado dentro do período de competência, contrariando o disposto no artigo 35 da Lei Federal n.º 4.320/64;

Considerando que os valores relativos ao aumento da despesa com pessoal no exercício de 2002, oriundos da "fixação ou alteração de remuneração ou subsídios por Lei específica e Revisão Geral Anual (inciso X, art. 37 CF)", informados pela Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação, diretamente, a essa Equipe de Inspeção, são divergentes dos fornecidos pela própria Secretaria à Contadoria Geral do Estado, e ainda os mesmos encontram-se superavaliados;

Considerando que, observando os Princípios do Conservadorismo e da Prudência, o maior valor fornecido pela SARE, R\$ 114.677.829,69 será utilizado como dedução para apuração do limite estabelecido no artigo 71, da LRF, no campo "fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por Lei específica e Revisão Geral Anual";

Considerando que se o Poder Executivo empenhasse o 13º Salário no exercício de 2002, no montante de R\$ 613,505 mil, e deduzi o valor retromencionado, a despesa com pessoal atingiria o montante de R\$ 6.169.088 (em milhares de Reais), correspondendo a 40,85% da Receita Corrente Líquida, ultrapassando, desta forma o Limite Permitido (art. 71, da LRF) de 38,65%,

Sugerimos:

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fis. 49

V.1 - Das Notificações

I - Notificação aos titulares da Secretaria de Estado de Controle Geral, nos exercícios de 2001 e 2002, com fulcro no artigo 6º, § 2º, da Deliberação TCE-RJ nº 204/96 c/c artigo 5º, inciso LV, da CF, para que, no prazo a ser estipulado pelo Egrégio Plenário, apresente razões de defesa para o não atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição Federal, conforme apontado no item IV.2.2, com relação aos seguintes aumentos:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
Órgão	Fundamento	Validade
PMERJ	Decreto nº 28.695, de 08/06/01	01/06/2001
CBMERJ	Decreto nº 28.695, de 08/06/01	01/02/2001
SEE	Decreto nº 31.254, de 29/04/02	01/05/2002
PGE	Lei Complementar nº 95, de 21/12/00	01/01/2001
DPGE	Lei Complementar nº 95, de 21/12/00	01/01/2001
POL. CIVIL	Lei nº 3.636, de 21/08/01 e Lei nº 3.691, de 28/10/01	01/07/2001
ASS. JURÍDICO	Lei nº 3.636, de 21/08/01	01/04/2002

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
Órgão	Validade	Fundamento
FAETEC	Jan/02	Res. de Venc. (3ª e 4ª parc.)
FAPERJ	Abr/02	Res. Venc. e Enq. Nova Tabela
FTM	Jan/02	Res. ajuste vencimentos
PRODERJ	Mai/02	Plano Carreiras/Salários
SUDERJ	Mai/02	Res. ajuste Nível Prof. SEE
UERJ	Jan/02	Res. de Venc. (3ª e 4ª parc.) e Res. dos Aux.
UENF	Jan/02	Enquadramento (Retroat. Ago/01)

II - Notificação ao Sr. Fernando Lopes de Almeida, Secretário de Estado de Planejamento, Controle e Gestão, com fulcro no artigo 6º, § 2º, da Deliberação TCE-RJ nº 204/96 c/c artigo 5º, inciso LV, da CF, para que, no prazo a ser estipulado pelo Egrégio Plenário, apresente razões de defesa para a ausência de informações quanto ao montante não empenhado no exercício de 2002, referente ao 13º Salário do mesmo período, infringindo o disposto nos artigos 36 e 37 do Decreto

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 50

nº 30.402/01, que dispõem sobre a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2002;

II - Notificação ao Sr. René de Oliveira Garcia Junior, ex-Secretário de Estado de Controle Geral, com fulcro no artigo 6º, § 2º, da Deliberação TCE-RJ nº 204/96 c/c artigo 5º, inciso LV, da CF, para que, no prazo a ser estipulado pelo Egrégio Plenário, apresente razões de defesa para o não empenhamento do 13º Salário do exercício de 2002 no exercício de competência;

V.2 - Das Comunicações

I - Comunicação à Exma. Sra. Rosinha Garotinho, Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, com fulcro no § 1º, do artigo 6º, da Deliberação TCE-RJ nº 214/96, de 13.06.96, e conforme o disposto no artigo 59, § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, a fim de que seja alertada quanto ao cumprimento do inciso I, do artigo 4º, da Resolução do Senado Federal nº 40, de 2001.

II - Comunicação à Secretária de Estado de Administração e Reestruturação, Exma. Sra. Dra. Vanice Regina Lirio do Valle, com fulcro no § 1º, do artigo 6º, da Deliberação TCE-RJ nº 204/96, de 13/06/96, a fim de que tome providências para que, findo o exercício de 2003, tenha condições de informar o valor exato quanto à *fixação ou alteração de remuneração ou subsídio por Lei específica e revisão geral anual (inciso X, art. 37 da CF)*, a ser deduzido quando da apuração do limite previsto no artigo 71, da Lei Complementar nº 101/00;

CAD
SGE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo nº 104.590-2/03
Rubrica Fls. 51

III - Comunicação ao Subsecretário Adjunto de Despesa da Secretaria de Estado de Administração Reestruturação, Sr. José Antônio Paulo Fonseca, com fulcro no § 1º, do artigo 6º, da Deliberação TCE-RJ nº 204/96, de 13/06/96, para que no prazo a ser estipulado pelo Excelso Plenário, preste os esclarecimentos que julgar cabíveis no que se refere:

III.1 - Quanto ao motivo das divergências apontadas no item IV.2.1;

III.2 - Quanto aos valores referentes à indenização por demissão de servidores ou empregados (art. 19, § 1º, inciso I, da LRF), e dos valores referentes a incentivos à demissão voluntária (art. 19, § 1º, inciso II, da LRF), tendo sido informado pelo Ofício GAB/SARE nº 393, de 13/03/03, a inexistência de registros desta natureza, sendo que no Relatório de gestão Fiscal do 3º Quadrimestre, constam R\$ 12 (em milhares de R\$) neste item.

À consideração superior,

CAD, 16 de abril de 2003.

José Alberto C. Luna
Inspetor
Matr. 02/3405

Marcia Vasconcelos dos Santos
Técnico de Controle Externo
Matr. 02/3525

CAD
SCE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Geral de Controle Externo
Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD

TCE-RJ
Processo n.º 104.590-2/03
Rubrica Fls. 52

Sra. Secretária-Geral de Controle Externo,

Acordemente com a informação retro, encaminho-lhe o presente processo em prosseguimento.

CAD, 16 de abril de 2003.


RICARDO EWERTON BRITTO SANTOS
Coordenador-Geral de Auditoria e Desenvolvimento
Mat. 02/3056


CAD
SGE

TCE-RJ	104.530-2103
PROCESSO	
RUBRICA	
FLS.	

A CMAB

O presente processo esta em condições de prosseguimento.

CPG, em 16, 04, 04


Murilo D. Reis Leal
Coordenador da Coordenação de Registro de Protocolo Geral
da CCA - SCA - TC/STU
Metr.: 02/3248